

Por Flávia Furlan e Maria Luíza Filgueiras

A venda de ações detidas pela União e pelo Banco do Brasil no ressegurador IRB Brasil Re, parte do plano de desinvestimentos do governo federal, pode demorar mais tempo do que o inicialmente previsto. A oferta subsequente de ações ("follow-on") se revelou mais complexa do que as partes esperavam devido às discordâncias entre os acionistas controladores - o governo federal e os principais bancos do país - e à necessidade de mudanças de lei para efetivar a transação.

Nos bastidores, a operação já envolveu desentendimentos sobre o decreto que deu aval à operação, dúvidas sobre como o IRB poderá se tornar uma empresa sem controle definido e debates sobre novas composições de controle.

[Leia aqui a matéria na íntegra.](#)

Fonte: Valor Econômico, em 18.06.2019.